

PROINTER: SUSTENTABILIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR NO PONTAL DO PARANAPANEMA

Resumo

A pesquisa visa tratar sobre as políticas públicas de desenvolvimento rural e territorial no Pontal do Paranapanema, bem como sobre as potencialidades, dificuldades, experiências e boas práticas da agricultura familiar e sua organização. O trabalho se justifica em razão da articulação entre o combate à fome e à pobreza com uma agricultura, um consumo e uma produção sustentáveis, os agricultores familiares desempenham um papel central nesse processo, seja como produtores de alimentos e protagonistas do paradigma agroecológico, seja como beneficiários prioritários de políticas públicas focadas na Agenda 2030. A área de estudo do projeto compreende o Pontal do Paranapanema, que está localizada na região ao extremo oeste do Estado de São Paulo, e concentra o maior número de assentamentos de moradores sem-terra do país, o maior número de presídios e tem-se destacado como uma área em expansão do agronegócio canavieiro. O objetivo deste trabalho é realizar um estudo sobre os sistemas alimentares e as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e o desenvolvimento territorial no Pontal do Paranapanema, avaliando os seus impactos sobre a segurança alimentar em especial em assentados. A metodologia se dará em três etapas, levantamento de diagnóstico das questões relacionadas ao objeto de estudo, depois um momento de construção de modelos de gestão regional e finalmente ações de campo para realização de oficinas de divulgação do conhecimento gerado. A principal contribuição desse projeto é proporcionar o suporte aos estudos que compreendam o desenvolvimento do Pontal do Paranapanema. Os dados oriundos das ações de políticas econômicas, sociais e territoriais oriundas do projeto poderão possibilitar a construção do suporte ao processo de tomada de decisão na forma de políticas públicas ou instrumento de gestão.

Palavras-chave: políticas públicas, ações, experiências, desenvolvimento regional.

1-INTRODUÇÃO

A área de estudo está localizada na UGRHI-22 (Unidade Hidrográfica de Gestão dos Recursos Hídricos do Pontal do Paranapanema) caracteriza-se por sua localização no extremo oeste do estado de São Paulo, na área limítrofe com os estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná. São 26 os municípios integrantes, encontrando-se total ou parcialmente inseridos na UGRHI-22. São as cidades de: Álvares Machado, Anhumas, Caiuá, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Indiana, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau,

Rancharia, Regente Feijó, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Taciba, Tarabai e Teodoro Sampaio (Figura 1). A UGRH-22 encontra-se entre os rios Paraná e Paranapanema, que são dotados de barramentos e reservatórios de água estruturados para geração de energia elétrica. No total são 4 grandes usinas hidrelétricas (UHEs): Engenheiro Sergio Mota, Taquaruçu, Rosana e Capivara.

A UGRHI 22 agrega os tributários da margem direita do curso inferior do rio Paranapanema e inclui alguns afluentes pela margem esquerda do rio Paraná, localizando-se na porção extremo oeste do Estado de São Paulo, esta região também é chamada de raia divisória entre os estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul. Os principais rios desta UGRHI são os rios Paranapanema, Paraná, Santo Anastácio e Pirapozinho.

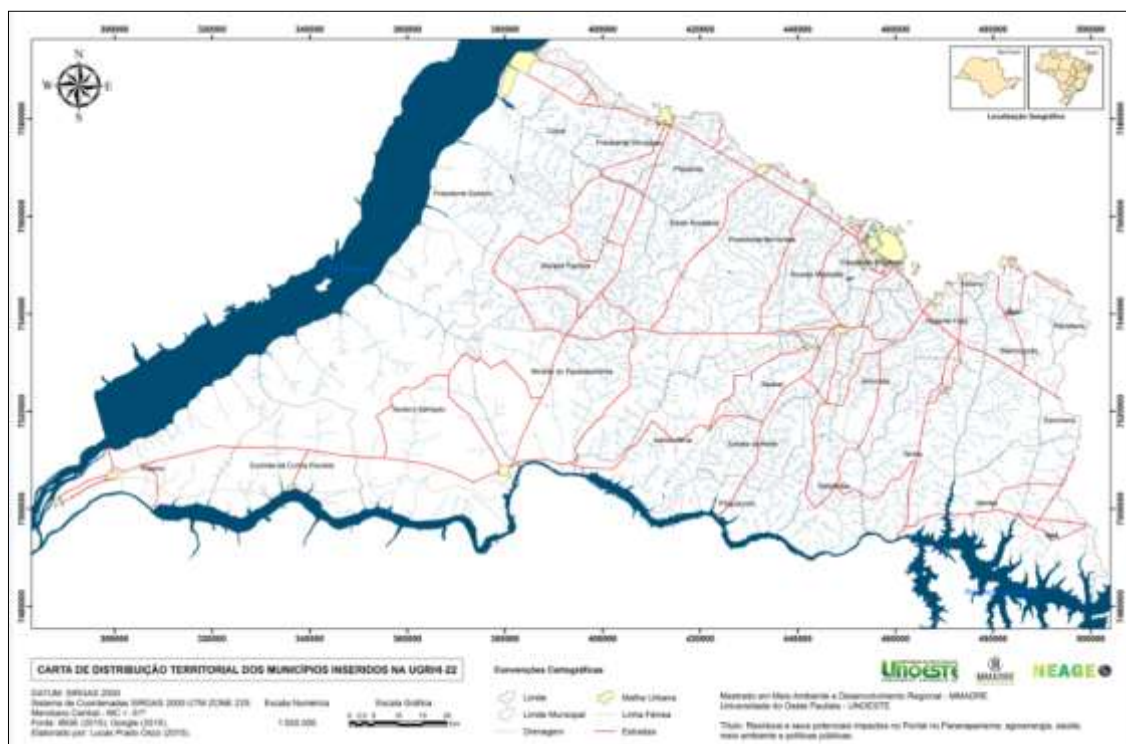


Figura 1. Mapa de localização da UGRHI-22

A UGRHI está integralmente inserida na Província Geomorfológica denominada Planalto Ocidental. Com relação ao uso da terra, a região é considerada estratégica por ser um mosaico composto de monocultura da cana-de-açúcar, pastagens, áreas ocupadas por assentamentos de reforma agrária e áreas urbanas de importância regional, parques e corredores ecológicos. De acordo com o Relatório Situação (CPTI, 1999), a UGRHI-22:

Possui área de 11.838 km²; localiza-se no quadrante delineado com as Coordenadas Geográficas 21° 45' LS e 22° 45' LS e 51° LO e 53° LO.

Os 26 municípios abrangem uma área de 17.090 km², com 563. 648 habitantes em 2010, dos quais 506.920 residem nas cidades, ou seja, com taxa de urbanização regional de 88,6%. A densidade populacional é distribuída da seguinte forma: 11 municípios com até 5.000 habitantes; 9 municípios entre 5.000 a 20.000 habitantes; 6 com população entre 20.000 e 50.000 e apenas um município com população superior a 100.000. Somente Presidente Prudente possui uma população de 220 mil/hab considerada a capital regional. Segundo os dados da CETESB, a geração de resíduos sólidos urbanos nesses municípios, totaliza 342,2 toneladas/dia, com 25 municípios gerando até duas toneladas/dia, 11 municípios com geração entre 2,1 a 5,0 toneladas/dia, 11 municípios entre 5,1 a 10 toneladas/dia, 6 municípios entre 10,1 a 20,0 toneladas/dia, e apenas Presidente Prudente com geração superior a 120 t/dia (122 t/dia). Quanto à disposição, segundo dados da SEADE (2015) final dos resíduos sólidos urbanos, 5 municípios estão com aterros adequados, 15 com aterros controlados e seis com disposição inadequada (lixões). E ainda, cerca de 40% destes municípios tem coleta seletiva ou cooperativa/associação de catadores e a maioria, cerca de 60%, ainda não dispõe desses importantes procedimentos e organizações voltados ao tema dos resíduos sólidos urbanos. Esses dados de geração de resíduos sólidos urbanos serão utilizados para o detalhamento do estudo da proposta de rede regional de reciclagem solidária, tendo em vista identificar a quantidade de material reciclável gerado na região e sua distribuição nos municípios. Todavia, a geração de resíduos sólidos urbanos pode ser maior, tendo em vista que não há pesagem dos caminhões nos municípios.

As atividades de produção, transformação e serviços, com potencial futuro para geração de emprego e renda exigirão esforços de pesquisa e transferência de conhecimento, que nomeamos itinerários formativos. Estas ações deverão promover melhorias e maximização da compreensão integrada da questão dos resíduos no Pontal do Paranapanema.

Torna-se importante a compreensão das mudanças no mosaico que compõe a região, que também é constituída por conflitos no uso da terra, paisagens notáveis, em confronto com uma racionalidade econômica. Neste contexto o

projeto propõe reflexões, modelos e (re)formulação de políticas públicas mais adequadas a realidade.

Ações de estímulo ao desenvolvimento sustentável e geração de tecnologia demandam esforços conjuntos com outras instituições regionais, para melhoria da qualidade de vida da população. Assim, a participação de diversos atores pode promover o aprimoramento e a adaptação tecnológica para a região.

A pesquisa visa tratar sobre as políticas públicas de desenvolvimento rural e territorial no Pontal do Paranapanema, bem como sobre as potencialidades, dificuldades, experiências e boas práticas da agricultura familiar e sua organização. Tudo em interface com o chamado “sistema alimentar”, conceito que “compreende todos os elementos (ambiente, pessoas, insumos, processos, infraestrutura, instituições etc.) e atividades relacionados com a produção, processamento, distribuição, preparação e consumo de alimentos, e produtos destas atividades, incluindo resultados socioeconômicos e ambientais” (HLPE, 2014).

O meio ambiente é uma interface definida como um conjunto coerente de elementos naturais e sociais que agem e reagem sobre os outros, recebe impulso externo e também pode transmiti-los. É importante considerar as heterogeneidades do meio na sua influência para o desenvolvimento e por consequência as transformações ocasionadas pelos impactos provenientes da ação humana. As escolhas do processo produtivo podem gerar degradações ambientais capazes de desestruturar socioeconomicamente os grupos e processos produtivos. Isto pode levar a alocação de recursos para manutenção de boas práticas culturais relacionadas aos sistemas alimentares mais sustentáveis.

A região do Pontal do Paranapanema concentra o maior número de assentamentos de moradores sem-terra do país, com 158 unidades (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo ITESP 2005). As condições socioeconômicas, demográficas e de saúde dessas famílias configuram um contexto de vulnerabilidade social, visto que um contingente expressivo vive em domicílios com sete a nove moradores, com baixo nível de escolaridade e alta relação filhos/mulher, superando o valor estimado para a população

nacional, que é de 2,5. Estes fatores potencializam o risco de desnutrição de crianças, de doenças infecto-parasitárias, além de outros problemas sociais e ambientais.

Esta proposta de trabalho está integrada aos objetivos do programa, base de sua proposta pedagógica e ao seu projeto interdisciplinar. Dessa forma, as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e o desenvolvimento territorial no Pontal do Paranapanema deve ser objeto de investigações científicas, em uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, com a finalidade de propiciar informações que permitam a formulação de estratégias para um desenvolvimento econômico e sustentável, com a preservação ambiental, bem como de medidas para o melhoramento das condições de saúde e bem-estar social dos agricultores e assentados da região.

É importante também fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores agroindustriais incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento e além de modernizar a infraestrutura e reabilitar as agroindústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos agroindustriais limpos e ambientalmente corretos (ODS 9).

O projeto busca a inovação através de boas práticas agrícolas. O processo de inovação deve constituído por cinco etapas específicas, que se inicia pela identificação do problema a ser resolvido. A partir da identificação do problema, temos a ideia de como resolver o problema, dessa forma se aplica conhecimento específico para aplicar a ideia de resolução do problema. Sendo assim, surge o desenvolvimento tecnológico, podendo ser um produto, processo ou serviço para que então tenhamos a geração de valor, podendo ser valor financeiro direto ou impacto social. A partir do entendimento do que realmente seja a inovação, o projeto proposto propõe identificar boas práticas aplicadas em sistemas alimentares, desenvolvimento territorial e políticas públicas no Pontal e a partir da identificação do problema, pensar em uma

solução que busque impacto social de forma efetiva, baseado nos êxitos e erros das realidades observadas.

Desta forma, o projeto tem como Proposta contribuir para o desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis e da produção agroecológica e orgânica no Pontal do Paranapanema, por meio da busca de ações, experiências e boas práticas da agricultura familiar na região.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Realizar um estudo sobre os sistemas alimentares e as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e o desenvolvimento territorial no Pontal do Paranapanema, avaliando os seus impactos sobre a segurança alimentar em especial em assentados .

2.2 Objetivos Específicos

- Realizar diagnóstico sobre os sistemas alimentares e políticas públicas para agricultura familiar no Brasil;
- Avaliar a inserção do uso de técnicas agroecológicas na produção da agricultura familiar no Pontal do Paranapanema, em especial em assentamentos;
- Verificar as boas práticas em segurança alimentar entre agricultores familiares atuantes no âmbito do sistema alimentar da região;
- Identificar práticas aplicadas na região relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da agenda 2030 da ONU;
- Avaliar o nível de desenvolvimento na aplicação de práticas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da agenda 2030 da ONU e possível replicação entre assentamentos.

3. METODOLOGIA

No desenvolvimento deste trabalho serão realizados vários procedimentos, incluindo: colóquios periódicos com os professores, alunos e parceiros, para direcionamento das ações, estudos dirigidos e cursos de curta duração sobre temas específicos aplicados a segurança alimentar sistema alimentares e políticas públicas, entre outros, bem como para avaliação periódica do andamento do projeto. Dentre essas ações, pode-se destacar:

Levantamento Bibliográfico e Cartográfico

- Reuniões periódicas de estudo e planejamento com professores coordenadores e parceiros;
- Levantamento bibliográfico e cartográfico em bibliotecas e na internet, para formar banco de dados e informações sobre monografias, dissertações, teses, relatórios, sites e publicações relativos aos temas;
- Acompanhamento da coleta, processamento e análise dos dados de campo e laboratoriais, para a elaboração de textos, tabelas, gráficos e produtos cartográficos;

Elaboração de Diagnósticos Situacionais a partir de pesquisa-ação

- Serão realizados diagnósticos situacionais sobre os sistemas alimentares, inserção do uso de técnicas agroecológicas na produção da agricultura familiar e políticas públicas para agricultura familiar no Pontal através de pesquisa-ação, utilizando esta técnica como ferramenta inicial caracterizada pela colaboração entre especialistas e práticos, integrantes da pesquisa. A pesquisa-ação permite superar as lacunas existentes entre a pesquisa educativa e a prática docente, ou seja, entre a teoria e a prática, e os resultados ampliam as capacidades de compreensão dos professores e suas práticas, por isso favorecem amplamente as mudanças.

Elaboração de relatórios técnico-científicos

- Elaboração, aplicação, tabulação e análise de questionários para verificar as técnicas agroecológicas utilizadas na produção familiar;
- Elaboração de artigos que serão enviados à periódicos indexados nacionais e internacionais, compatíveis com o Qualis da área de Ciências Ambientais;
- Elaboração de relatório técnicos do projeto;
- Realização de oficinas, grupos focais, palestras para os agricultores e assentados. Nesta etapa torna-se necessário a criação de espaços de reflexão no âmbito universitário.

Avaliação da Política Territorial

- Serão avaliados o desenvolvimento da política territorial e seus possíveis entraves, para que possamos entender como se deu o processo de estruturação, bem como as dificuldades encontradas nos assentamentos, para que a troca de experiências otimize as estratégias de ação em cada local.

Boas Práticas

- Serão identificadas as melhores práticas aplicadas na região relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, bem como o nível de desenvolvimento na aplicação, para identificação da possibilidade de replicação entre os assentamentos.

4- RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se com a pesquisa, a disseminação do conhecimento, a formação de recursos humanos, a proposição de modelos de gestão, avaliação e intervenções.

Além disso, disponibilizar informações para a comunidade Universitária, assim como, para a sociedade em geral via on line, contendo gráficos, tabelas, cartogramas, artigos, textos educativos e mapas. Estes produtos serão divulgados e distribuídos para divulgação e sua distribuição nos espaços educativos sobre os resultados da pesquisa, apontando para importância das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar como produtora de alimentos criando alternativas de renda ou para a gestão das empresas e entidades na região.

Baseado nas experiências dos projetos em andamento, as principais contribuições científicas e resultados esperados são:

- 1) Disseminação do conhecimento gerado na pesquisa:
 - a. Um diagnóstico da situação sobre os sistemas alimentares, inserção do uso de técnicas agroecológicas na produção da agricultura familiar;
 - b. Conjunto de informações que permitam a formulação de estratégias para um desenvolvimento econômico e sustentável para a região e na universidade;
 - c. Modelos de Gestão Ambiental no ambiente institucional para o Pontal;
 - d. Inventário geográfico e agrícola no Pontal do Paranapanema e suas relações com os agricultores;
- 2) Formação de recursos humanos na universidade e em comunidades do Pontal do Paranapanema;

a. Promoção da participação de técnicos de diferentes áreas do conhecimento para a criação de itinerários formativos para o uso contínuo modelos de sistemas alimentares;

b. Estabelecimento de mecanismos para o movimento de continuidade na atuação da UNOESTE, para a produção do conhecimento no seu próprio cotidiano, promovendo engajamento comunitário, mesmo após o término do projeto.

3) Proposição de modelos de Análise

a. Plano de análise por tipos de produção agrícola;

b. Sistema de indicadores de sustentabilidade não convencional;

c. Modelo de análise que leve em consideração outras experiências internacionais.

4) Proposição de inovação

a) identificar boas práticas aplicadas em sistemas alimentares, desenvolvimento territorial e políticas públicas no Pontal e a partir da identificação do problema;

b) pensar em uma solução que busque impacto social de forma efetiva, baseado nos êxitos e erros das realidades observadas. Nesse sentido, os indicadores de mensuração deste aspecto serão os seguintes:

- Quantidade de boas práticas exitosas identificadas e adaptadas à realidade dos assentados;
- Quantidade de Impacto gerado na sociedade, no âmbito das políticas públicas, desenvolvimento territorial e segurança alimentar a partir dos produtos desenvolvidos e implantados na região.

REFERENCIAS

BRASIL. *Censo Agropecuário 2006*. Brasília: IBGE, 2009.

BRASIL. *Ficha de Avaliação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande*. Brasília: CAPES, 2017. Disponível em <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.xhtml>, acesso em 28/03/2019.

BRASIL. *Vigitel Brasil 2017: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2017*. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

CEPAL; FAO; IICA. *Perspectivas de la agricultura y del desarrollo rural en las Américas: una mirada hacia América Latina y el Caribe 2014* - Resumen Ejecutivo. Santiago de Chile: 2013.

DELGADO, G.C. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FAO. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2018*. Building climate resilience for food security and nutrition. Rome: 2018.

FAO; OPS; WFP; UNICEF. *Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional en América Latina y el Caribe 2018*. Santiago: 2018.

FRANÇA, Caio Galvão et al. *O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil*. Brasília: MDA, 2009.

HADDAD, L. et al. *A new global research agenda for food*. Nature, v. 540, 2016.

HERNÁNDEZ, Maria del Carmen; RAMÍREZ, César; MENÉNDEZ, Carlos Ricardo (orgs.). *Territorio y gestión del desarrollo: epistemologías y experiencias*. México, D.F.: Red GTD; CONACyT; Plaza y Valdes Editores, 2015.

HLPE. *Food losses and waste in the context of sustainable food systems*. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. Rome: 2014.

IORIS, A.A.R. *Agribusiness and Neoliberal Food System in Brazil: frontiers and fissures of agro-neoliberalism*. London: Routledge, 2018.

IPES Food. *What makes urban food policy happen? Insights from five case studies*. 2017.

LAMARCHE, Hugues (org). *A agricultura familiar: comparação internacional: uma realidade multiforme*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LAMARCHE, Hugues (org). *A agricultura familiar: comparação internacional: do mito à realidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

MAZOYER, Marcel e ROUDART, Laurence. *História das agriculturas do Mundo: do neolítico à crise contemporânea*. Trad. Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

OCDE. *Obesity Update 2017*. Disponível em <https://www.oecd.org/els/health-systems/Obesity-Update-2017.pdf>, acesso em 25/05/2019.

PIRAUX, Marc; CANIELLO, Márcio (orgs.). Dossiê: Território, sustentabilidade e ação pública. *Revista Raízes*. Campina Grande, v. 28, ns. 1 e 2, jan-dez/2009; v. 29 n. 1, jan-jun/2010, 190 pag.

PLOEG, J.D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

RAMÍREZ, César; HERNÁNDEZ, Maria del Carmen; HERRERA, Francisco; PÉREZ, Alfonso (orgs.). *Gestión territorial para el desarrollo rural: construyendo un paradigma*. México, D.F.: Red GTD; CONACyT; Juan Pablos Editor, 2016.

SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio Alberto (orgs). *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília, Embrapa Informação Tecnológica, 2002.

SONNINO, R.; SPAYDE, J.; ASHE, L. Políticas públicas e a construção de mercados: percepções a partir de iniciativas de merenda escolar. In: MARQUES, F.C.; CONTERATO, M.A.; SCHNEIDER, S. *Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

UNSCN. *The nutrition sensitivity of agriculture and food policies. A synthesis of eight country case studies*. Genève: 2014.

VALENCIA, Mireya; GRISA, Cátia; TARTARUGA, Ivan; RAMÍREZ, César (orgs.). *Gestão e dinâmicas em desenvolvimento territorial*. Brasília: RETE; Curitiba: CRV, 2018.